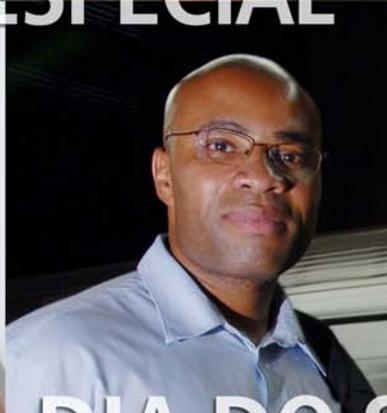
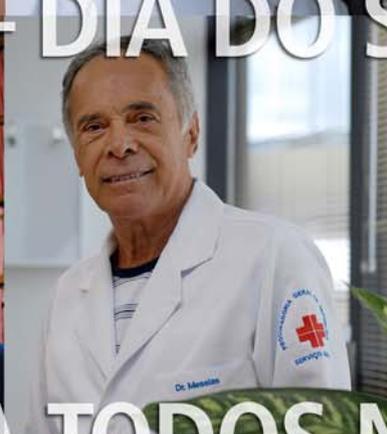
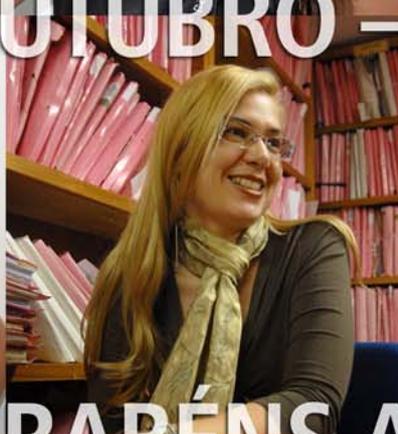




EDIÇÃO ESPECIAL



28 DE OUTUBRO – DIA DO SERVIDOR

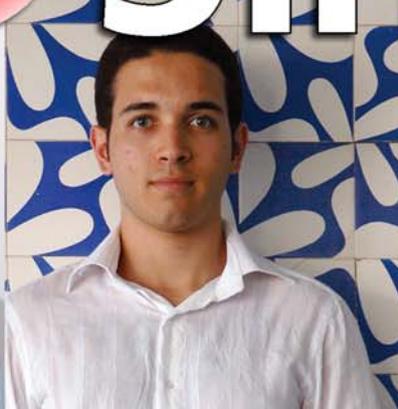


PARABÉNS A TODOS NÓS



REVISTA DO **Sindjus**

Ano XVII - nº 62
Edição Especial



Quem não vive para servir não serve para



viver

TT CATALÃO

A frase, incorporada como sabedoria popular, tem autoria muito compartilhada: uns a recebem vinda dos Evangelhos cristãos, outras a encontram na essência budista, alguns a tem na doutrina espírita e muitos a praticam pelos fundamentos do cooperativismo, que é a base da solidariedade aplicada às lutas políticas. Tem até quem jura ter visto a frase em parachoques de caminhão.

O que vale é que, no mês em que se comemora o Dia do Servidor Público, é bom relacionar o ato de servir ao bem público, como missão de quem tem seu salário pago pelos impostos da população e, assim, honra esse serviço devotado ao verdadeiro patrão do funcionalismo: o cidadão.

O servir capaz de perceber no documento, frio em seu formato, o tanto de vida que pulsa nas entrelinhas e o quanto tantas vidas podem ser mudadas a partir daquele papel.

O servir que se faz pela consciência de se perceber na necessidade do outro.

O servir que cria alianças ao desempenhar o melhor possível sua função, para que algo ou alguém seja atendido não como usuário ou cliente, mas companheiro fraterno.

Orgulho, confiança e otimismo

Há praticamente vinte anos minha vida está em conexão direta com o serviço público. Por acreditar que o desenvolvimento do Brasil passa pela construção de um Estado forte, pautado em um funcionalismo qualificado e comprometido com os interesses nacionais e sociais, é que não só me tornei servidor público, como um representante de duas carreiras fundamentais (Poder Judiciário e Ministério Público).

Durante esses anos todos, tanto exercendo a minha atribuição dentro do TRT-10, quanto representando a categoria em suas lutas, pude constatar o quão rico, em natureza humana, é o serviço público brasileiro. Servidores de diferentes sotaques, classes sociais, credos, costumes e cores unindo-se em torno de um bem maior: a construção de um Estado moderno que atenda às demandas da população.

Por conhecer a fundo essa realidade, orgulho-me dos avanços que tivemos nos últimos anos. Orgulho-me em saber que, se temos hoje uma Justiça mais atuante, mais forte, mais próxima dos cidadãos, isso se deve em muito ao trabalho dos servidores públicos. Trabalhadores que, anonimamente, prestam um grande serviço para o país. E, por isso, indigno-me toda vez que falam inverdades sobre nossa classe, como que trabalhamos pouco e ganhamos muito.

Como conhecedor dos bastidores do Poder Judiciário e do Ministério Público, sou testemunha de quanto analistas, técnicos e auxiliares trabalham, seja atendendo aos cidadãos, cuidando dos processos em seus trâmites ou subsidiando as decisões dos magistrados. São muitos os servidores que extrapolam sua jornada; que levam serviço pra casa; que

trabalham em condições precárias, sem a estrutura física necessária; que chegam a adoecer, física, mental ou psicologicamente, em razão do ritmo de trabalho.

Hoje, temos um serviço público muito melhor do que há vinte anos, quando comecei. E isso se deve aos servidores que se desenvolvem em conjunto com a coisa pública, aprimorando-a por meio da experiência prática e do conhecimento intelectual. Tenho certeza de que o futuro do funcionalismo será ainda melhor. Assim como já enfrentamos o Estado mínimo de governos neoliberais, outras batalhas virão. No entanto, os servidores públicos se mostram cada vez mais preparados e conscientes sobre seu papel político, social e ético.

É por isso que eu dedico a minha vida ao serviço e aos servidores públicos. É por isso que luto pelo aprimoramento de nossa carreira, tão digna e dignificada por nós. É por isso que luto para que tenhamos um vencimento justo às nossas atribuições e, sobretudo, à nossa missão. E este mês de outubro, no qual se comemora o dia do servidor público, é a época ideal para renovarmos nossas forças, nossas lutas e nossos compromissos. A mobilização em torno do nosso novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração é prova disso.

E é com esse espírito de orgulho, otimismo e confiança que eu parableno você pelo seu trabalho, pelo seu mês, pelo seu dia. Parableno você na certeza de que, juntos, procuramos dar o melhor para esse país, em matéria de prestação de serviços públicos, de responsabilidade social, de exemplo de unidade e mobilização em torno de questões que levam ao aperfeiçoamento do Estado democrático ao qual servimos.



ROBERTO STUCKERT

Roberto Policarpo
Coordenador-geral
do Sindjus

“Hoje temos um serviço público muito melhor do que há vinte anos. Isso se deve aos servidores que se desenvolvem em conjunto com a coisa pública, aprimorando-a por meio da experiência e do conhecimento. Tenho certeza de que o futuro do funcionalismo será ainda melhor.”

O Estado democrático e o servidor



ARTHUR MONTEIRO

José Geraldo de Sousa Junior

Reitor da Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Direito e coordenador do projeto *O Direito Achado na Rua*

“Se o Estado democrático é fundamento para a transformação da cidadania abstrata em cidadania ativa, a mediação possível para uma institucionalidade livre de vícios está assentada no desempenho organizado, responsável, eficiente e profissional do servidor público.”

O pró-labore de José Geraldo para este artigo é doado mensalmente à campanha de voluntariado *Eu Dôo Talento* (veja em www.sindjusdf.org.br)

Sempre que se discute o papel do Estado, o desempenho da máquina governamental, o bom serviço ao cidadão, a reforma do sistema burocrático e a modernização dos aparelhos de gestão institucional, surge uma tentação poucas vezes refreada: orientar a análise dos mecanismos que desviam a administração pública de seus objetivos essenciais – compatibilizar eficiência e eficácia com equidade e democracia – para atribuir aos servidores públicos a responsabilidade por tais desvios e transformá-los em custos de manutenção do sistema que é preciso minimizar e até mesmo eliminar.

Para além disso, uma tendência recente incrementada pelo oportunismo propagandista tende a oferecer a dignidade do servidor público – marajás, perdulários, ímprobos e outros (des)qualificativos – para o simbolismo expiatório que não hesita em atribuir função sacrificial a uma categoria social que tem sido garantia da boa gestão do interesse público.

A literatura foi sempre pródiga em destacar a respeitabilidade da função pública, mesmo com a fina ironia de autores que primavam pela profunda compreensão dos matizes e das relações autênticas, preservando a boa descrição dos caracteres típicos de um determinado tempo. Pode-se encontrar isso em muitas passagens da monumental *Comédia Humana* de Balzac, assim como em Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade, dois notáveis escritores brasileiros. Simultaneamente encontramos, pela vida toda, servidores públicos ativos e engajados exercitando cidadania em seu duplo ofício.

Ora, pensar o Estado democrático é pensar a tarefa de refundação democrática da administração pública. Se o Estado democrático é fundamento para a transformação da cidadania abstrata em cidadania ativa e participativa, a mediação possível para uma institucionalidade livre de vícios, entre aqueles descritos por Raymundo Faoro (*Os Donos do Poder*), Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*), Victor Nunes Leal (*Coronelismo, Enxada e Voto*) está assentada no desem-

penho organizado, responsável, eficiente e profissional do servidor público.

A propósito da questão da administração pública e do regime de seus servidores, o historiador Toynbee chegou a formular uma teoria explicativa do sucesso dos países e dos Estados, tomando como exemplo o império romano. Para ele, a grande expansão de Roma não se deveu tanto ao seu formidável exército, mas sim ao seu *funcionalismo* civil, altamente capaz, responsável e bem remunerado e organizadamente distribuído em todos os espaços administrativos do império (recolhi o exemplo em Ronaldo Poletti, no livro *Redefinindo a relação entre o professor e a universidade: emprego público nas Instituições Federais de Ensino*, organizado por Cristiano Paixão e publicado pela Faculdade de Direito da UnB, na coleção *O que se pensa na Colina*, Brasília, 2002).

A Emenda Constitucional nº 19/98, conhecida como Reforma Administrativa, alterou profundamente a relação do Estado com o agente público porquanto, na prática, flexibilizou a garantia constitucional da existência de um só regime para o servidor público.

Daí a importância de estabelecer parâmetros para uma qualificada relação entre Estado e funcionalismo público. No exame das situações comparadas, verifica-se uma preocupação constante com a perda, em vários países – Alemanha, Grã-Bretanha, França – de centralidade da condição estatutária tendente a um regime jurídico único de natureza administrativa, que confira ao servidor público a prerrogativa de atender as peculiaridades de um vínculo baseado no interesse público próprio à ação do Estado. Agora que a crise demonstrou a necessidade da intervenção qualificada do Estado para preservar o sentido social dos investimentos e da distribuição dos bens econômicos, mais se faz necessário recuperar uma característica fundamental da organização pública, que é justamente a participação expressiva de funcionários de carreira na ocupação dos postos centrais da administração do Estado.



URUTAO*

Ao documentar o abandono do Clube do Servidor, Sérgio Moraes (ou Urutao, como prefere assinar seus trabalhos) fez esta belíssima imagem. Sua experiência como fotógrafo e designer gráfico garantiram um ângulo diferente – ele posicionou a câmera rente ao chão. Assim conseguiu “rimar” o piso deteriorado e o grafismo dos azulejos típicos dos anos setenta.

*Nascido em Brasília, 27 anos, filho de pioneiros da educação em São Sebastião, Sérgio Moraes é repórter fotográfico da Advocacia Geral da União (AGU). Autodidata, começou a fotografar em 2002 por puro prazer, e mais tarde rumou para as artes gráficas. Em 2007 realizou sua primeira exposição individual com 45 telas, na Câmara dos Deputados.



www.sindjusdf.org.br

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU no DF
SDS, Ed. Venâncio V, s. 108 a 114, Brasília-DF, 70393-900 • (61) 3212-2613

Coordenadores-Gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato
Berilo José Leão Neto
Roberto Policarpo Fagundes

Coordenadores de Administração e Finanças

Cledo de Oliveira Vieira
Jailton Manguiera Assis
Raimundo Nonato da Silva

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

José Oliveira Silva

Marília Guedes de Albuquerque
Newton José Cunha Brum

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

José Joventino Pereira de Sousa
Antônio José Oliveira Silva
Eliane do Socorro Alves da Silva

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Sheila Tinoco Oliveira Fonseca
Maria Angélica Portela
Valdir Nunes Ferreira



Revista do Sindjus

Edição

Usha Velasco (DRT-DF 954/99)

Reportagem

Carlos Tavares
Daniel Campos
Fabiola Góis
Thais Assunção

Colaboradores

José Geraldo de Sousa Junior
TT Catalão

Revisão

Patcha Comunicação

Projeto gráfico e arte

Usha Velasco

Tiragem

15.000 exemplares

Comparativo das CARREIRAS

CARGO - INICIAL E FINAL

Diplomata

12.962,12 - 18.474,45

Auditor Fiscal da Receita Federal

13.600,00 - 19.451,00

Delegado Civil Perito

13.368,68 - 19.699,82

Carreiras Jurídicas

14.970,00 - 19.451,00

Auditor Fiscal do Trabalho

13.600,00 - 19.451,00

Delegado da Polícia Federal /
Perito Criminal Federal

12.992,70 - 19.053,57

Carreira de Planejamento e Pesquisa – IPEA

12.960,77 - 18.474,65

Auditor Federal de Controle Externo
(TCU – 2009)

12.204,26 - 17.049,60

Inspetor e Analista CVM

12.960,77 - 18.474,65

Analista Técnico da SUSEP

12.960,77 - 18.474,65

Gestão Governamental

12.960,77 - 18.474,65

Analista do Banco Central

12.960,77 - 18.474,65

PCCR

Para corrigir distorções e equiparar carreiras semelhantes

Ao contrário do que se pensa, os servidores do Judiciário e Ministério Público recebem menos que seus colegas dos poderes Executivo e Legislativo, em carreiras com atribuições e responsabilidades semelhantes. Isso pode ser comprovado nos dados deste infográfico. Temos, portanto, que corrigir essa distorção e equiparar as remunerações recebidas. O novo plano de carreira foi desenhado ao longo de um ano de muito trabalho, com discussões aprofundadas por toda a categoria. Nossa luta, agora, é pela sua aprovação. E, para isso, precisamos estar mais unidos do que nunca.

Servidores da Justiça
6.551,52 - 10.436,11

Consultor e Advogado do Senado (*)
19.300,00 - 22.000,00

Auditor Federal de Controle Externo
(TCU – 2010)
12.665,18 - 18.153,53

Analista Legislativo do Senado (*)
13.400,00 - 19.000,00

Observação:
(*) – Valores propostos
para o plano de
carreira em estudo.

CRIVO

Como escapar das dívidas

Desnorteados pelo cenário de consumismo, marketing agressivo e juros abusivos, servidores comprometem uma parte cada vez maior do salário com empréstimos. Mas especialistas e programas de orientação ensinam a sair dessa armadilha

Fabiola Góis

A tentação é enorme. As ofertas de crédito a juros baixos, financiamentos a longo prazo e empréstimo consignado em folha estão por toda parte. Não é preciso ir atrás, telefonar às operadoras e nem mesmo ter nome limpo no mercado. Os corretores se proliferam nas portas dos órgãos públicos com panfletos, folders e cartões oferecendo até o céu se for preciso. Mas a realidade é outra. A cada dia mais servidores estão endividados. O número de filiados do Sindjus que buscam orientações no Setor Jurídico e nos escritórios conveniados cresce na mesma proporção.

Os dados assustam. Só no Tribunal Superior do Trabalho (TST), há mais de quatro mil empréstimos consignados em folha para 2.500 servidores em atividade. Ou seja, há funcionários com mais de um desconto no contrache-

que. A cada três atendimentos da área jurídica do Sindjus, pelo menos um é para revisão de contratos de financiamento ou empréstimos.

Contrair dívidas e passar aperto no final do mês para acertar todas as contas não é um fenômeno novo. Mas a facilidade de se obter crédito no mercado, as cláusulas confusas dos contratos e os juros nas alturas provoca o superendividamento, dizem os consultores ouvidos pela reportagem.

Foi assim que uma dívida de vinte mil reais se transformou em duzentos mil em menos de cinco anos. Esse foi o motivo das noites de insônia de Luísa (nome fictício), servidora do Tribunal de Justiça do DF e Territórios

“É só pedir e pronto”: propaganda de “dinheiro fácil” leva cada vez mais gente para o buraco

NO VERMELHO

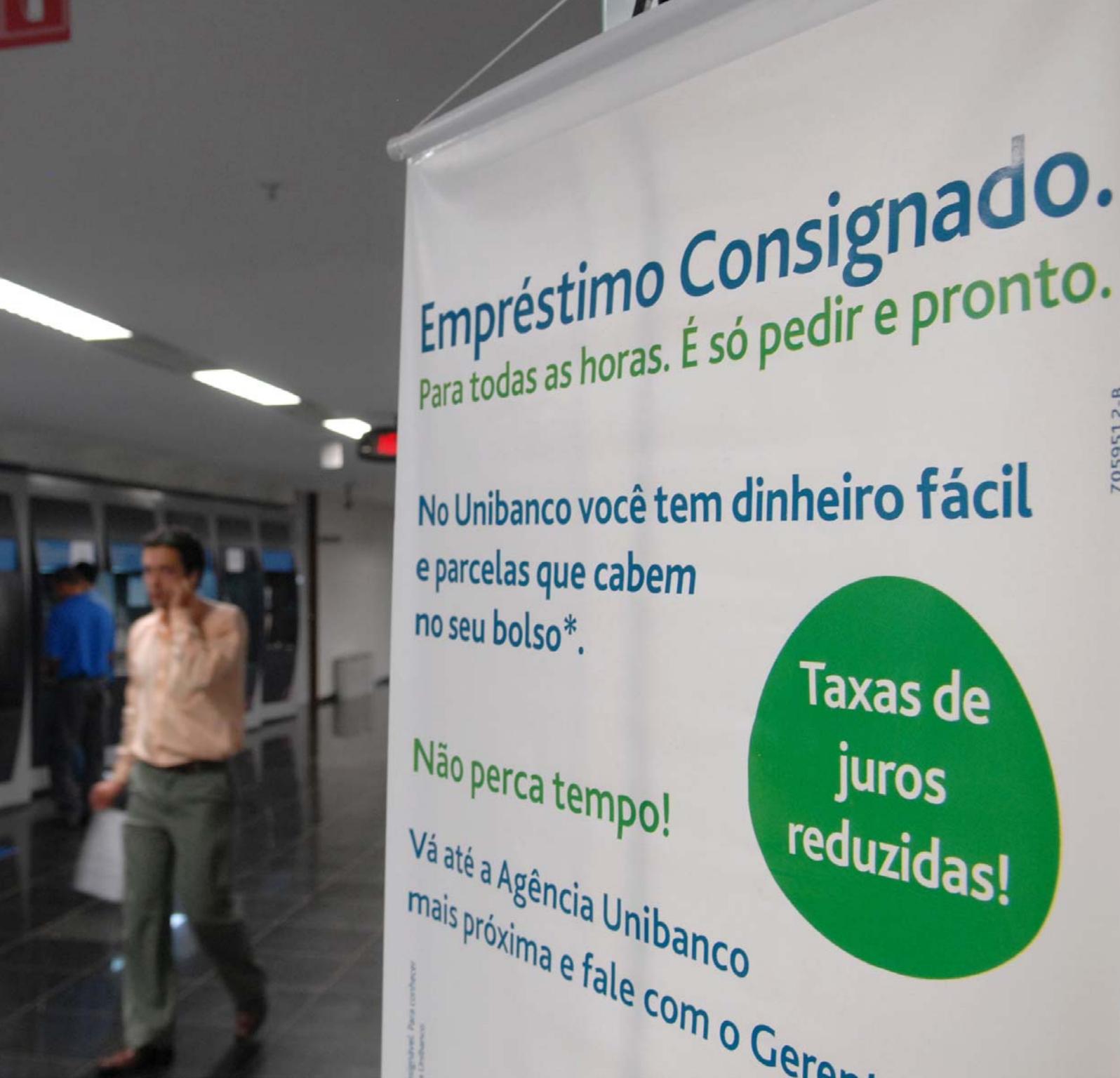
Só no TST há mais de

4 mil

empréstimos consignados em folha para um total de

2.500

servidores. Ou seja: muitos têm mais de um desconto no contracheque.



7059512-B

ARTHUR MONTEIRO

(TJDFT). Para terminar uma piscina em sua casa no Park Way – a empresa contratada não honrou o acordo –, a funcionária pegou um empréstimo consignado em folha em um banco que dizia ter taxas de juros baixas. O plano seria pagar em 84 meses.

Mas o alento na hora de conseguir o dinheiro virou um pesadelo na vida da família. Durante esses longos anos, Luísa teve de cortar gas-

tos para poder arcar com o pagamento. Os juros eram abusivos, mas ela só foi se dar conta disso quando recebeu um panfleto distribuído pelo Sindjus e que indicava um escritório de advocacia conveniado com o sindicato para fazer a revisão do contrato. Na mesma hora, ficou sabendo que havia cláusulas abusivas e decidiu entrar com ação na Justiça.

“A prestação diminuiu em R\$ 600.

A decisão ainda é em caráter liminar, mas acredito que vá prevalecer o julgamento. Eu não tenho mais o desconto em folha e faço depósito judicial”, afirma. Luísa só ficará livre da dívida em quatro anos, mas garante que a sensação é de que foi feita justiça em seu caso. “Aprendi a lição. Isso me fez procurar entender a matemática financeira. Quando contrái o empréstimo, eu era totalmente leiga”, recorda.

Informação: primeiro passo para o equilíbrio

A falta de conhecimento sobre as atividades financeiras é um dos motivos de endividamento. Para informar melhor os servidores sobre as armadilhas e possibilidades de investimento, órgãos do Judiciário como o Tribunal Superior do Trabalho (TST) já começam a promover cursos, oficinas e debates com quem conhece o assunto.

Por meio do Programa de Qualidade de Vida, vinculado à área de recursos humanos, o TST promove palestras e cursos sobre educação financeira, voltados tanto para a organização financeira individual como para orientações sobre investimentos. O

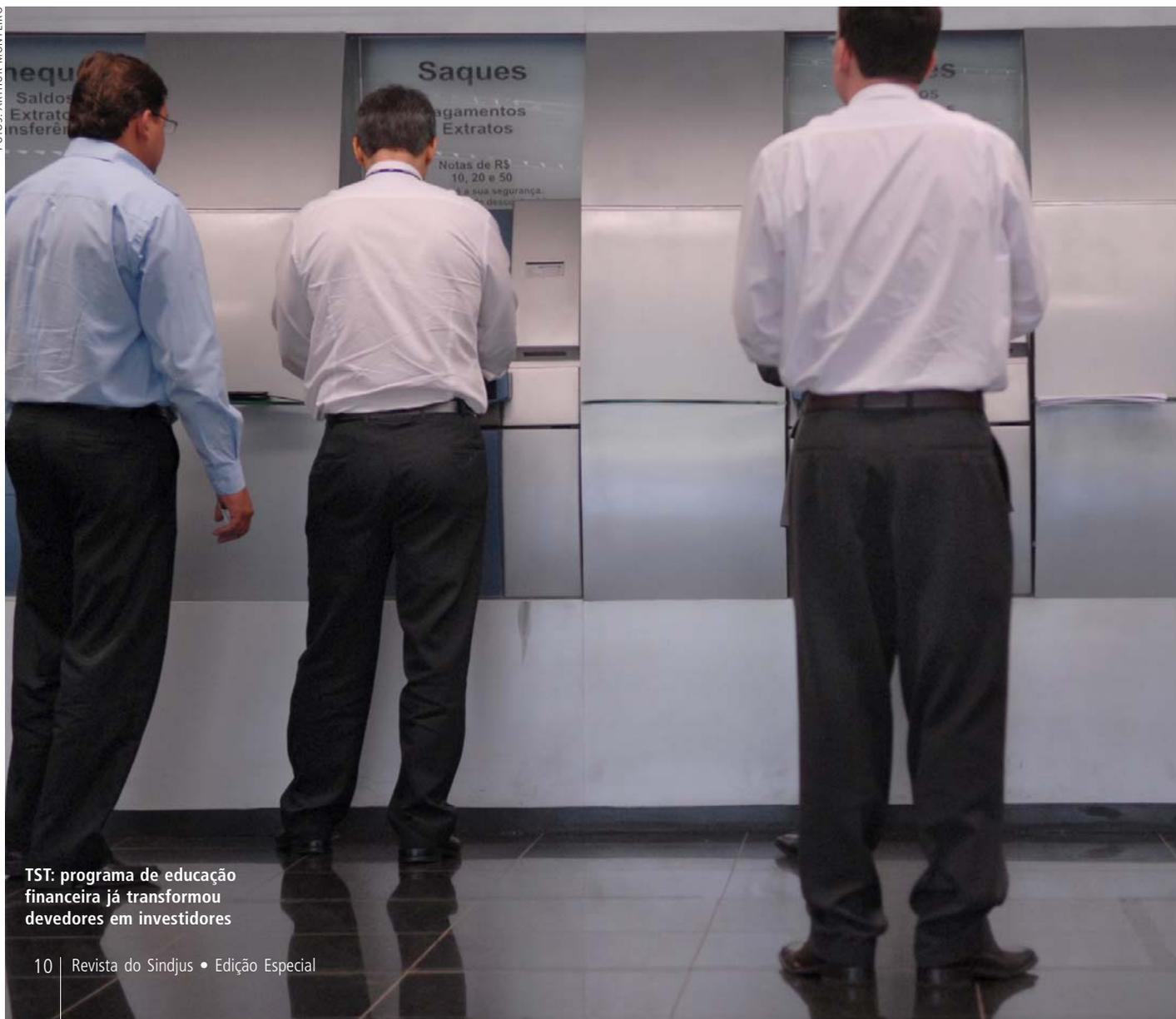
analista judiciário Aloísio César, um dos responsáveis pelo programa, afirma que muitos servidores começaram a fazer o curso porque estavam endividados e hoje são investidores. “Grande parte do descontrole financeiro está ligado a aspectos emocionais. O endividado acaba consumindo exageradamente e assumindo compromissos que não poderia assumir”, comenta.

Segundo Aloísio, o descontrole financeiro afeta a produtividade no trabalho. “Essas pessoas têm auto-estima baixa. Ficam envergonhadas por estar devendo e às vezes entram em depressão”, explica.

O analista considera inadequada a abordagem das inúmeras financeiras que ficam nas portas dos tribunais oferecendo crédito fácil a juros aparentemente baixos. “Temos servidores no TST com mais de um empréstimo descontado em folha, feitos para pagar outros empréstimos que contraíram em bancos”, afirma.

Por outro lado, o TST também orienta aqueles que já sabem cuidar do seu dinheiro a procurar a melhor forma de investimento. Foi depois de ter visto uma palestra no órgão que o analista judiciário José Valmir Santos Filho decidiu incrementar suas aplicações. Des-

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



TST: programa de educação financeira já transformou devedores em investidores

de 2007 o servidor estuda o mercado financeiro e aumentou em 50% seu patrimônio aplicando na Bolsa.

Preocupado com o futuro, Valmir decidiu guardar 10% do salário e procurou entender melhor as várias formas de investimento. "A Bolsa não é um ambiente para leigos. O ideal é procurar orientação com consultores para descobrir as melhores formas de aplicação", sugere. Para ele, ter como meta a garantia de uma aposentadoria tranquila moveu sua busca por conhecer o mercado. "Não sabemos qual será o futuro do servidor público no Brasil. Vimos muitas mudanças na legislação nos últimos anos. Quero ter a garantia de tranquilidade."



Aloísio: "Descontrole financeiro está ligado a aspectos emocionais"



Justiça pode reduzir débitos em até 50%

Além da assessoria jurídica que presta aos servidores filiados, o Sindjus contratou o escritório DDC Advogados, especializado em empréstimos consignados. Os resultados já começaram a aparecer nas decisões judiciais. Algumas garantiram até 50% de desconto nas parcelas.

O advogado do Sindjus Washington Vasconcelos diz que tem atendido pelo menos um servidor endividado por semana. "Mais de um terço dos atendimentos que faço diz respeito à cobrança de juros exorbitantes. O servidor é praticamente enganado por algumas financeiras. Quem pega um empréstimo de cem mil reais, no final acaba pagando 50% a mais desse valor", demonstra. Nas ações, os advogados pedem a revisão desses contratos e a Justiça acaba concedendo liminar a favor do contratante. Alguns servidores estão com o salário do mês inteiramente comprometido com

pagamentos de dívida. "É que, além da margem de 30% do salário que eles podem utilizar, ainda usam cartões de crédito e CDCs", explica Washington.

A aposentada do TJDFT Marina (nome fictício) tinha R\$ 2.300 descontados mensalmente do contracheque. Mas conseguiu reduzir a dívida para R\$ 1.100 depois de entrar na Justiça. "Agora sim eu posso ter uma folga no orçamento para me organizar. Não sabia que os juros que eu pagava eram tão altos. Eu não via luz no fim do túnel", relata.

A tendência de endividamento não é só entre os servidores públicos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003, indicam que aproximadamente 85% da população brasileira encontra-se com dificuldades de chegar ao final do mês com a sua renda familiar.

Mudança de comportamento

O advogado Rodrigo Dornelas, do DDC Advogados, afirma ser comum funcionários de tribunais comparecerem desesperados no escritório à procura de solucionar as dívidas na Justiça. Dornelas esclarece que boa parte dos contratos de empréstimo não têm cláusula expressa autorizando a capitalização de juros com período inferior a um ano. Além disso, os juros compostos têm sido aplicados. Segundo ele, pela lei em vigor, a cobrança de juros só pode ser realizada de forma anual e não mensal. O balanço do escritório de advocacia é que de 60% a 70% das ações beneficiam o servidor já em primeira instância. E 90% dos casos têm solução favorável. “É preciso ter cautela e analisar bem as propostas das financeiras”, alerta.

Especialistas no assunto esclarecem que boa parte desses endividamentos poderia ter sido evitada caso houvesse mudança no comportamento daquele que precisa de dinheiro. Para o consultor financeiro pessoal Rogério Olegário do Carmo, vários aspectos emocionais podem ser listados como fatores que contribuem para o desequilíbrio financeiro. Entre eles: dificuldade de dizer “não” para si mesmo, para os amigos, a sociedade, a propaganda ou para um vendedor; dificuldade dos

pais em impor limites financeiros aos familiares, principalmente aos filhos; confiança excessiva em gerentes de bancos, corretores e vendedores.

Rogério Olegário cursou MBA em administração financeira pela Fundação Getúlio Vargas e escreveu uma monografia sobre educação financeira. Para o consultor, “os governos, em todas as esferas, também têm um papel preponderante no desequilíbrio financeiro da população, constatado pelo não-cumprimento de suas obrigações ligadas à fiscalização dos excessos cometidos pelas instituições de crédito, destacando-se o marketing agressivo dos produtos de crédito para uma população pouco informada, que desconhece o modo de organizar números e não imagina a existência de aspectos emocionais ligados ao uso e manejo do dinheiro”.

Em resumo: faltam políticas públicas voltadas à educação financeira, disciplina que, segundo Olegário, deveria ser amplamente discutida desde a infância, inclusive em salas de aula. “A implantação de um programa de educação financeira é uma ação de vital importância para ajudar, concretamente, o Brasil a elevar o nível de poupança interna, diminuir as desigualdades e melhorar a distribuição de

Tentação: é preciso aprender a controlar o consumismo



Rogério Olegário: governo não pune os excessos nem o marketing agressivo das instituições de crédito



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



renda”, sugere. Rogério Olegário mantém o site www.prosperidadefinanceira.com.br, onde o interessado pode tirar dúvidas, receber dicas e fazer testes para constatar a sua saúde financeira.

O presidente do Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo (Ibedec), Geraldo Tardin, afirma que a instituição recebe diariamente consultas de servidores públicos que estão se endividando com cartões de crédito para conseguir alimentar a família e pagar as contas do dia a dia. “Os bancos são os maiores culpados pelo superendividamento do consumidor. Para conceder crédito, eles previamente analisam a renda do cliente e, portanto, sabem qual é a capacidade de pagamento dele. Se concede mais crédito do que o consumidor tem capacidade de pagar, estão agindo de má-fé. A consequência será a limitação das parcelas pelo Judiciário, com o alongamento da dívida em quantas parcelas forem necessárias”, explica Tardin.

A palavra chave para começar a resolver o problema das dívidas é planejamento, segundo orienta o Ibedec. “O consumidor tem que colocar num papel todas as suas dívidas, quanto tempo estão em atraso e quais os juros cobrados em cada uma delas. E terá que separar um valor para quitar essas dívidas, começando pelas do cartão de crédito, que são sempre as que têm maiores taxas”, diz a Cartilha produzida pelo Instituto.

ONDE ENCONTRAR AJUDA

Sindjus – assessoria jurídica gratuita: 3212-2613

Ibedec – www.ibedec.org.br – 3345-2492

Procon – www.procon.df.gov.br – 1512

Prodecon – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – www.mpdf.gov.br – 3343-9851

Aprenda a gerenciar seu dinheiro

- Pare de gastar.
- Pague o que deve, faça acordos e divida os débitos.
- Economize todas as diferenças que receber, como descontos, indenizações, férias e 13°.
- Gaste menos do que ganha.
- Planeje seus gastos.
- Invista tempo na administração de suas finanças (pelo menos três horas semanais).
- Liste suas receitas e despesas, tanto as diárias quanto as mensais, como

também aquelas que acontecem de tempos em tempos.

- Nunca compre a prazo; isso destrutura o orçamento. Abra uma poupança e guarde o dinheiro; quando estiver com o dinheiro em mãos, fica mais fácil negociar e conseguir um bom desconto.
- As dívidas implicam pagamentos de juros. Elimine-as e transforme as quantias destinadas aos juros em investimentos, fazendo o dinheiro trabalhar a seu favor.

Compre menos

- Nunca vá ao supermercado de barriga vazia.
- Faça a lista do que realmente precisa.
- Elimine medicamentos desnecessários, tomados apenas por hábito.
- Evite lanchinhos fora de casa; eles podem sair mais caro que uma refeição completa.
- Pesquise antes de comprar e não se deixe encantar por promoções.
- Pechinche. Não acredite em vendas parceladas sem juros. Peça desconto para pagar à vista.

Entre dois mundos

Há de tudo nos ambientes de trabalho dos servidores – desde as belíssimas sedes dos tribunais superiores até salas emprestadas, literalmente caindo aos pedaços

Carlos Tavares

“**O**lhe, nada chega aqui. Parece que estamos no fim do mundo.” A frase é de um servidor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) lotado na Divisão de Orçamento e Finanças, que funciona em um prédio do Ibama no Setor de Autarquias Sul – o mesmo que teve alguns andares atingidos por um princípio de incêndio em outubro do ano passado. “Parece que fora do edifício sede (no Eixo Monumental) nada existe, não há interesse da administração em nos tirar daqui”, acrescenta o servidor, contrariado porque, entre outros problemas que enfrentou ao longo do mês de setembro, viu queimarem 54 computadores após um curto-circuito por sobrecarga na rede.

Depois do incêndio de outubro passado, veio o dilúvio. Os dois últimos andares

do prédio, construído na década de 1960, foram invadidos pela água após uma tarde chuvosa de novembro. Novamente os funcionários ficaram cerca de uma semana parados, até que a limpeza fosse feita e outros reparos ficassem prontos.

Um sintoma de que nada vai bem mesmo em termos de segurança e conforto para os servidores que trabalham no prédio do Setor de Autarquias Sul é que, até a primeira semana de outubro, quem entrasse no hall do prédio para pegar o elevador teria um esquisito lembrete: “Em caso de chuva com trovoadas e relâmpagos, não use o elevador.” A placa foi retirada, mas o problema continua o mesmo.

“Já fiquei presa várias vezes nesse elevador. Ele para entre dois andares; a porta não tem sensor, é capaz de cortar seu braço fora; muitas vezes só uma das portas fecha ou abre e você tem que passar re-

zando para não se machucar”, conta uma servidora de um dos andares cedidos pelo Ibama ao MPDFT. Grávida de cinco meses, ela fala com medo sobre a situação, principalmente porque poderia ocorrer algo grave com o bebê e com ela.

Os riscos não param por aí, mas a grande queixa de quem trabalha nesse prédio é que todos os problemas – que se perpetuam desde 1995, quando a seção foi transferida para o Setor de Autarquias – só significam uma coisa: “Nós não existimos para a administração”, reclama um dos técnicos. Ele acrescenta que a ausência de providências e a situação de risco diário só colaboram para diminuir a autoestima e desvalorizar o trabalho que eles fazem. “Só vão mesmo se preocupar com a gente quando alguém sofrer um acidente por aqui. Mas espero que isso não aconteça”, diz o técnico.

Saúde e segurança são fundamentais

Ironicamente, a garantia de um ambiente de trabalho seguro e saudável está entre as prioridades de atuação do Ministério Público do Trabalho. Baseando-se em princípios constitucionais, o MPT elege como preceito fundamental para a boa execução do trabalho o binômio saúde e segurança, inspirando-se no que preconizam a Organização Mundial da Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, a Constituição Federal e a Consolidação das Leis Trabalhistas.

“É no mínimo estranho que tudo isso ocorra quando vivemos um momento de revalorização dos servidores públicos, um momento em que se procura dar a eles mais

condições de trabalho para melhorar ainda mais o seu desempenho”, avalia o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo. Ele lembrou uma pesquisa recente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) que mostra como a produtividade do setor público está acima do setor privado, ao contrário do que a mídia costuma insinuar (leia na página 29).

Do outro lado do balcão da angústia instituído no prédio do SAS, ecoa uma voz que procura reduzir a jornada de risco. Com a autoridade de quem opera técnicas e lida com normas de trabalho no Departamento de Arquitetura e Engenharia do MPDFT, Leda

Germano afirma que o mobiliário dos três andares ocupados pelos servidores foi trocado recentemente e uma reforma em todos os setores deixou o ambiente limpo e com cara de novo. No entanto, ela sabe que o prédio é velho e precisa de reformas, como a maioria das edificações das décadas de 60 e 70. “As construções são como a gente, envelhecem e precisam de plásticas, não é?”, compara Leda, que reconhece descuido na administração do patrimônio físico do MPDFT.

Ela pondera, entretanto, que não se deve olhar apenas para problemas como esse, e cita como exemplos bem resolvidos as sedes do Paranoá e de Santa Maria. “O MP tem boas construções, sim; a situação não é tão



Andar do MPDFT em prédio no Setor de Autarquias Sul: riscos de acidente são constantes

grave”, garante. Segundo a coordenadora do departamento, há sempre uma equipe de manutenção pronta para atuar quando necessário, e até o pessoal do Ibama conta com essa equipe. “Eles vivem chamando, chamam por email”, atesta, bem-humorada.

Leda diz que o MP constrói prédios desde 1994; agora mesmo está para ser iniciada mais uma obra ao lado do Detran, para abrigar o setor de pessoal – mas afirma que os servidores abrigados no prédio do Ibama vão continuar lá. Neste mês de outubro foi assinado um novo contrato de concessão entre MPDFT e Ibama, estendendo a agonia dos servidores por mais doze meses. “E ainda vão ocupar o 8º andar”, diz, abismada, uma funcionária que prefere não se identificar.

Esquecidos pela administração

Nos andares ocupados pelo MPDFT – onde começou o incêndio no ano passado, como confirmaram os bombeiros e os laudos do próprio ministério –, o sistema de ar condicionado causa outras dores de cabeça aos funcionários. Por causa de sujeira acumulada, falta de regulação e mau funcionamento, não se encontra um meio

termo entre o calor e o frio.

O sistema de ponto eletrônico instalado no edifício é um outro obstáculo ao bom desempenho do trabalho, porque não permite que os servidores façam uma pausa para o lanche. A pausa seria mais um problema burocrático a resolver em relação à jornada que, diga-se de passagem, é bastante rígida. “Quando aconteceu o curto que queimou os computadores, ficamos uma semana parados, sem ter nada para fazer, mas ninguém podia sair do prédio”, conta uma funcionária.

Como se não bastassem esses problemas, não existe lanchonete no edifício, não há departamento médico – apesar do PlanAssiste, o plano de saúde dos servidores do MPDFT, funcionar no mesmo prédio –, e não é raro que falte água nos banheiros. Recentemente, uma parte do teto do 11º andar desabou durante o fim de semana e uma placa de gesso caiu bem em cima do computador de um dos funcionários. “Poderia ter caído na minha cabeça, se o desabamento tivesse acontecido na sexta-feira”, diz o servidor, ainda assustado.

Mas no sétimo andar do edifício o visual é outro. As divisórias são novas, o mobiliário é confortável, o teto não tem

fiação exposta. “É como estar em um carro zero quilômetro com um motor velho, a ponto de provocar uma explosão”, compara uma servidora. “O elevador de serviço está quebrado há seis meses; quando chove, a fiação elétrica dá choque nas paredes e todo mundo reza para a rede não cair e parar tudo; a copa é um cubículo e não temos lugar para almoçar...” Realmente, por volta de 13h, as salas da Divisão de Orçamento e Finanças (que, ironicamente, faz o pagamento das despesas de todas as unidades do MPDFT) parecem mais um refeitório, com os servidores abrindo suas marmitas para a refeição.

Estacionamento é outro problema. Não há vagas no Setor de Autarquias, e o funcionário tem que parar o carro a uma distância que o faz chegar no trabalho todo suado – ou, se for em época de chuva, molhado dos pés à cabeça. “O problema é que aqui não há políticas voltadas para melhorar a qualidade de vida no trabalho; tudo está direcionado para os edifícios sede e da Xerox (no Setor Gráfico). Está mais do que na hora de tomar uma providência para beneficiar esses colegas”, diz Ana Paula Cusinato, diretora do Sindjus.



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

Precariedade: servidores já viram incêndio, inundações e panes elétricas. A janela (acima) ameaça cair, e ficar preso no elevador é quase rotina



*Ultrapasse seus limites:
seja um campeão!*



4 a 13 de Dezembro

Abertura com desfile
de todas as delegações

São esperados mais de 1000 atletas
disputando 17 modalidades

Show de abertura: Cláudia Leite,
Ginásio de Esportes Nilson Nelson

INSCRIÇÕES ATÉ 30 DE OUTUBRO
www.olimpiadasdajustica.com.br

Maiores informações:

61 3212 2613

atendimento a partir das 12h



Nós fazemos a justiça

Thais Assunção

Técnicos, auxiliares, analistas. São eles que fazem o dia a dia da justiça, nas mais variadas atividades: pesquisa, redação, limpeza, segurança, fotografia, digitação, recepção, design gráfico, informática, nutrição, saúde, biblioteconomia, administração, psicologia, relações públicas... Esses e muitos outros profissionais trabalham diariamente para que a prestação jurisdicional seja feita com qualidade. E mostram, a cada minuto, que a justiça não é feita apenas por juízes; ela é construída por um trabalho em conjunto que envolve todos os servidores do Poder Judiciário e do MPU.

O trabalho desses profissionais é de vital importância, já que as decisões dos tribunais têm o poder de interferir diretamente na vida dos cidadãos. E os servidores que têm isso em mente se orgulham da oportunidade de ajudar as pessoas que recorrem à justiça.

É o caso da técnica judiciária do TRF Miriam da Silva José, apelidada de filósofa pelos colegas de trabalho. Ela está há onze anos no tribunal e se sente realizada. Miriam acredita que a administração pública tem uma grande responsabilidade na formação da consciência dos servidores. "Como membro do Judiciário, sei da importância do meu trabalho, mas acho imprescindível o envolvimento da administração pública na formação dessa consciência", diz.

Miriam acredita que esse envolvimento pode ser visto em vários órgãos do Judiciário e MPU: "Atualmente a gente vê várias ações para capacitação e desenvolvimento dos servidores; elas ultrapassam aquele antigo modelo burocrático e mecanicista e buscam um modelo mais sistêmico, voltado para habilidades e competências que servem melhor aos objetivos da instituição", analisa.

A técnica judiciária compartilha com os colegas o orgulho pela profissão: "Gosto do meu trabalho por sua importância política e pelo seu papel na evolução da democracia. A busca por justiça é uma prática constante da cidadania, ela forma a base de uma nação organizada".



Servidores têm cada vez mais consciência da importância do seu trabalho e se orgulham de seu papel na sociedade



Miriam da Silva José, técnica do TRF (ao lado), gosta do trabalho "por sua importância política e seu papel na evolução da democracia". Acima: servidores do STJ

Um trabalho que decide rumos de vida

“No momento em que o servidor tem consciência da sua função num processo judicial, costumo dizer que o processo contém vida; não é um papel, não é um conjunto de folhas, mas sim rumos de vida que são decididos

ali. Se ele não esquece que aquilo que está na sua mão vai mudar a vida de uma, duas ou várias famílias, isso faz muita diferença no seu trabalho”, explica a secretária de Gestão de Pessoas do Superior Tribunal de Justiça,

Kátia Pereira Bessa.

Segundo Kátia, os setores de recursos humanos dos tribunais e órgãos do MPU devem desenvolver um trabalho de apoio aos servidores, desde o momento em que eles iniciam o exercício da função. Isso ajuda na tomada de consciência sobre a importância do trabalho que vão fazer ao longo da sua carreira. “A meu ver, esse papel dos gestores é fundamental. Aqueles que fazem concurso para ingressar no serviço público buscam em grande parte a estabilidade, mas, além desse fator positivo, precisam também manter em mente o seu papel de servidor: aquele que serve ao país, à coletividade e aos cidadãos”, afirma.

Esse papel, porém, parece estar perfeitamente claro para a grande maioria das pessoas – foi o que mostrou a enquete desta edição especial da revista do Sindjus, em homenagem aos servidores (leia na página 24). Por onde passou, nossa reportagem encontrou profissionais orgulhosos do seu trabalho e conscientes da importância daquilo que fazem.

Assim também é Clarisvaldo Velloso da Costa, analista judiciário do TSE lotado no setor de segurança. Ele trabalha há quarenta anos no tribunal e tem prazer em revelar que é o servidor na ativa mais antigo do órgão. “Trabalhei em outros setores, como o de patrimônio, e em todos eles eu sempre tive consciência de que minhas tarefas fazem parte do bom funcionamento da justiça eleitoral. Além disso, gosto de discutir questões do tribunal, de falar sobre as normas e o código eleitoral com meus colegas”, conta o analista.

Para Clarisvaldo, a justiça eleitoral é um elemento fundamental para auxiliar os cidadãos a exercer seu direito do voto com consciência. “O interesse do TSE e dos servidores é

Cícero vê sua função no programa de saúde do TJDFT como forma de garantir “que o servidor trabalhe tranquilo”



contribuir para que a população possa escolher dirigentes dignos para cuidar do nosso país”, afirma.

No TJDFT, o analista judiciário Cícero de Assis Soares também se mostra orgulhoso: “Trabalho no programa Pró-Saúde desde a sua implantação, em 1993. Aqui eu aprendi a ver a importância da assistência à saúde dos servidores e dos seus dependentes. Funcionário saudável aumenta a produtividade e a celeridade, e dependente saudável faz com que o servidor venha trabalhar tranquilo”, analisa. Cícero acredita que “esses e outros cuidados com saúde o bem-estar garantem um retorno líquido e certo para a sociedade”.

O oficial de justiça do TJDFT Marcelo dos Reis Rodrigues conta que se identifica com todo tipo de trabalho que demanda atendimento ao públi-



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

Marcelo Rodrigues, oficial de justiça: “é gratificante dar informações às pessoas”

co; por isso, está no lugar certo. Ele afirma que se sente útil e acha gratificante dar informações às pessoas que não entendem muito bem como funcionam os trâmites da justiça: “No momento em que o oficial de justiça vai fazer uma penhora, por exemplo,

tem a oportunidade de explicar para o jurisdicionado o que levou àquela situação, bem como os caminhos que a lei garante, como uma proposta de acordo. Assim, em várias outras situações a gente consegue contribuir para a solução de conflitos”.



O Servidor do Judiciário já escolheu a sua Instituição Financeira

*TST, TRT's e MPT's

Muito mais do que um banco
uma Cooperativa

www.credijustra.com.br
Cooperação que faz Crescer!



"A cidade deve ser apropriada pela escala humana e não pelo império das máquinas."



Brasília dá pedal

Brasília dá pé!



A primavera reconduz o manifesto livre dos amantes de oxigênio, ar, suor por prazer, encontro, caminhada, luz, muita luz e um céu imenso que nos faz navegantes em terra firme. Tontos de tanto amar: inspirar com força dá essa perna bamba de plenitude. Em Brasília cresce a consciência de que a cidade deve ser apropriada pela escala humana e não pelo império das máquinas. E é no pedal que a cidade dá pé. Assim como o por do sol é nosso escândalo (de beleza) mais explícito, pedalar é melhor transgressão do brasileiro contra as leis do tráfego.

Em grupo, em organização institucional fora do Estado, em passeata ou simplesmente como uma pessoa, **os ciclistas ocupam o território e o proclamam lugar de bem estar, nessa nova forma de se expressar politicamente sobre duas rodas, deslizar entre cidadelas administrativas e legitimar, com poesia e graça, os templos monumentais.**

Lúcio Costa ficava feliz ao ver que sua invenção tomava corpo e cara de cidade. E quem faz a cidadania da cidade é o seu cidadão. Ele mais que se locomove ou usa. Ele dá sentido e ressignifica espaços. As coisas não se explicam quando não recebem alma. Cada pedaço de Brasília é redescoberto e o reencantamento de cada canto ocorre quando a liturgia de um ou mais de um inventa o lugar.

A bicicleta nos ajuda nesse conviver orgânico. Leva-nos às vias de fato: vivemos em uma cidade com camadas generosas de matéria para respirar. Uma dádiva que resiste na contradição da estúpida opção pelo transporte individual. Fica a bicicleta como delicada lembrança daquilo que poderíamos ter sido: românticos centauros sobre duas rodas. Esse movimento pressiona agora por políticas públicas que incorporem a bicicleta não mais como exótica alternativa, e sim como solução. O brasileiro suporta a velha piada de ser “cabeça, tronco e rodas”, mas atualiza: duas rodas. Sem cheiro, pó ou descarga.

Quando escrevia, com o parceiro Paulo José Cunha, as Crônicas da Cidade para o DF-TV (pelo convite de Franklin Martins), dediquei duas para as bicicletas: uma em 12 de setembro de 2003, que nos lembrava ter asas nos pés ao pedalar, e outra em 6 de agosto de 2005, que dizia assim:

“Esse privilégio brasileiro de contemplar horizonte e viver coberto de céu por todos os cantos deve ter inspirado a nossa paixão pelas bicicletas. Na guerra violenta dos motores sujos e velozes o ciclista desafia elegante, como um fio de vida, a ameaça de motoristas desesperados. Desliza sem perder o ritmo: quem para, cai; quem vacila, dança! **Bicicleta é sábia: pedalar oxigena a inteligência ou é a inteligência que pede para pedalar mais e mais?** Eis a questão desta Brasília sempre na corda bamba. Ciclista brasileiro corre risco, sofre ataques, é caçado, atura buzina, é desrespeitado pelas máquinas, mas insiste. Resiste só para mostrar o quanto andar de bicicleta é um modo de ser criança: voltamos a ser frágeis, expostos e precisamos de proteção. E adoramos uma preferência.

Pedalar é um ato de liberdade solidária para pequenos, grandes, médios, vovós, netinhos, mães, pais, em grupo, solitários e afins. Tem pedal para troca de amores, venda e anúncio de ofertas, manobras radicais, malhação ao ar livre de puro prazer, transporte em carona solidária, rumo ao trabalho, ao mercado, ao lugar nenhum da pedalada que vai contra ou a favor do vento apenas pela arte de estar de bem com Brasília. **Uma cidade só comprovará que é realmente bonita quando respeitar a beleza, sem acidentes, de um trânsito pacífico entre os senhores das quatro rodas e o pessoal das magrelinhas duas rodas.** Brasília só mostrará o quanto é civilizada quando aprender a conviver com os mais fracos. Essa é a justiça amorosa da bicicleta.”

Quando começam os lançamentos do aniversário de 50 anos, volta a legião dos ciclistas que usam a montaria como signo de outros temperos e compromissos com a vida. Exigem respeito e desejam discutir qual o melhor meio para que a cidade seja mais próxima do nosso modo. Já ocupam uma Esplanada. **Falta ocupar os corações e a sensibilidade dos administradores para que esta cidade seja coerente com a sua diferença de invenção, ousadia e paixão.**

“Quem faz a cidadania da cidade é o seu cidadão. Ele mais que habita. Ele mais que se locomove ou usa. Ele dá sentido e ressignifica espaços.”



FOTOS: USHA VELASCO

Parabéns, servidores

A enquete desta edição é uma homenagem aos servidores do Judiciário e do Ministério Público. Através destas doze pessoas que concordaram em falar à revista, ouvimos a voz de toda uma categoria empenhada em realizar um bom trabalho em favor da sociedade. Eles têm consciência da importância de seu papel, sabem que interferem diretamente no destino dos cidadãos e se orgulham do seu trabalho. Parabéns a eles, parabéns a todos os servidores.



Quem julga é o juiz, mas a justiça é feita por todos os servidores – desde que eles tenham consciência desse papel. Eu faço parte de um grupo de apoio formado por assistentes, psicólogos e pedagogos que ajudam o juiz a tomar decisões. Acho que somos um braço da justiça, somos os seus instrumentos.

Mércia Farias Machado Costa, analista da Vara da Infância e da Juventude



Eu me sinto realizado porque faço aquilo que gosto. Trabalho com a programação visual de todo o TRF; faço cartazes, folderes, logotipos, folhetos, livros... Também fazemos a "cara" dos eventos do tribunal, produzimos a sua imagem, que antes era uma ideia abstrata. Eu adoro o meu trabalho.

André Sampaio da Silva, técnico do TRF



Sou uma pessoa flexível, consigo me adaptar e fazer qualquer trabalho. Se aparece um problema, estou ali para tentar resolver. Mas eu me considero perfeitamente substituível; tem sempre um capaz de resolver tudo. Nosso trabalho é de equipe; fazemos a análise, a classificação e a distribuição dos processos. Adoro o que faço, me sinto realizada.

Sílvia Cristina dos Reis Azevedo, técnica do TRF

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



Fazemos estudos de casos de guarda, adoção e tutela. Ajudar o próximo é gratificante. Temos uma cota de processos mensais e tentamos dar conta deles. Mesmo assim os processos às vezes aguardam um ano para serem distribuídos, o que é um transtorno. Afinal, é o destino de uma criança que está em jogo.

Niva Maria Vasquez Campos, analista da Vara da Infância e da Juventude



Meu trabalho envolve relacionamento com o público; tenho que estabelecer uma boa relação com as pessoas e tento fazer isso com alegria. Minha meta é atender bem o cidadão, por isso acho o meu trabalho gratificante. Trabalho no TJDFT há 28 anos e há cinco na Vara da Infância. Já passei por vários setores, este é um dos melhores.

Roberto Geovane, técnico da Vara da Infância e da Juventude



Eu faço análise de mandados de segurança, habeas corpus, medidas cautelares... Analiso, autuo e mando para a distribuição. Tenho alguns minutos para o lanche, mas dou tudo de mim para não me levantar muito, porque assim posso fazer o trabalho com mais agilidade.

Maria das Graças Nascimento Vieira, analista do TRF



Faço avaliação psicossocial em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Tentamos fazer um trabalho amplo, com a preocupação de acompanhar as famílias após os julgamentos. Sei que esse trabalho é muito importante para as famílias, porque nós as ouvimos e abrimos espaço para entender seus conflitos e problemas.

Maíra de Oliveira Negro Monte, analista da Vara da Infância e da Juventude



Eu vejo que consigo ajudar as pessoas. Trabalho com processos de aposentadoria rural por invalidez. Sei das dificuldades das pessoas carentes, então tento dar agilidade aos processos. Estou há 19 anos no Judiciário e tenho consciência de que meu trabalho é fundamental. Eu contribuo para o desenvolvimento do país.

Gilberto Nolaço, técnico do TRF



Estou dando aulas para estagiários. É uma atividade de muita responsabilidade, porque são jovens que ainda não tem maturidade para lidar com o serviço público. Acho o meu trabalho importante porque estou educando cidadãos que vão fazer parte direta do desenvolvimento desse país. Tem muitas coisas para melhorar, mas eu acredito na justiça do Brasil.

Moema Aguiar Tavares, analista do TRF



O trabalho que fazemos aqui é muito importante. A seção de apuração e proteção, da qual eu faço parte, fiscaliza eventos e zela pela proteção de crianças em situação de risco ou de abandono. Eu gosto de saber que estou contribuindo para o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Marcos Barbosa, técnico da Vara da Infância e da Juventude



Sou revisora aqui há seis anos. Faço de cartões de visita a livros de 800 páginas. É um trabalho que exige muita atenção e capricho. Quando a instituição coloca um livro à disposição da comunidade, em português correto e com um texto elegante, mostra responsabilidade e seriedade. Por isso me orgulho dessa função.

Edelweiss de Moraes Mafra, técnica do TRF

O futuro já começou

Moderno, eficiente, produtivo: o setor público vive uma revolução de qualidade, mas é preciso valorizar o servidor

Daniel Campos

Em 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, teve início a formação do que hoje chamamos de serviço público. São, portanto, mais de duzentos anos de funcionalismo brasileiro. O começo dessa história muita gente sabe, mas e o amanhã? Para saber como será o serviço e os servidores públicos do futuro, a revista do Sindjus entrevistou especialistas na área política, sociológica e econômica, e constatou que já vivemos uma fase de transição.

“A prestação de serviço público no Brasil, hoje, passa por uma grande inovação, no grau de cobertura e no uso de novas tecnologias de informação. Conseguiu-se internalizar no serviço público a modernidade estabelecida no setor privado. Um dos exemplos disso é a certificação digital. O serviço relacionado a aposentadorias e pensões, que antes gerava grandes filas e demora ao requerente conta atualmente com uma prestação praticamente imediata.” A fala do presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Márcio Pochmann, atesta que o futuro já começou.

O presidente da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, deputado federal Geraldo Magela (PT-DF), também defende que estamos passando por uma espécie de revolução no serviço público. “Ao falar de servidores, nós temos que fazer uma divisão entre o passado e o presente. Vimos os servidores ficarem uma década sem qualquer reajuste sa-

larial (década de 1990). Nos últimos anos, de forma gradativa, os servidores vêm tendo salários corrigidos, a renda melhorada. Esse cenário positivo, de transformação, é resultado de uma política do governo federal de valorização do serviço público, de profissionalização dos servidores, enfim, de aprimoramento da coisa pública”, destaca.

Para Pochmann, o serviço público, como parte desse processo de aprimoramento, vem passando por uma forte pressão relacionada ao controle social, que ganhou grande dimensão no país. “Hoje são mais de vinte mil conselhos de participação popular, abrangendo União, estados e municípios. Isso vem ajudando a forjar o serviço público do futuro. Também há um ganho em população coberta. Dos países não desenvolvidos, somos o que tem maior cobertura e eficiência”, comenta.

Segundo o doutor em Ciência Econômica pela Unicamp, a melhora no desempenho do setor público não se traduz apenas pela ampliação dos beneficiários de programas de garantia de renda, como a previdência e assistência social, que, em 2008, atenderam a 33,1% do conjunto da população. Em 1980, os programas governamentais de transferência de renda alcançavam somente 6,5% dos brasileiros. E mais: em julho de 2009 a previdência contou com 39,3 mil servidores, que emitiram 26,6 milhões de benefícios, enquanto em dezembro de 1996 existiam 49,5 mil funcionários para 16,5 milhões de benefícios emitidos. O resultado de tudo isso é um grande avanço na cobertura e na produtividade do serviço público.



Três Poderes: estudo do Ipea revela que, ao contrário do que diz a imprensa, a administração pública é mais produtiva que o setor privado

Reforma profunda

Esses números demonstram que estamos no caminho de um Estado moderno. E isso é só o começo dessa revolução no serviço público. “Ainda temos muito a evoluir. Na década de 1990 passamos pela destruição do Estado, pelo desestímulo ao funcionalismo. Precisamos recuperar o que perdemos nesses anos, quando o pensamento era de que podíamos viver sem o Estado. Isso só será superado com uma profunda reforma do Estado brasileiro”, afirma o economista.

Para o sociólogo Sadi Dal Rosso, a criação desse Estado moderno passa por uma questão conceitual. “Um conceito que precisa ser trabalhado fortemente é o de servidor. O servidor é aquele que presta um serviço ao público. Essa noção é muito rica e deve ser explorada com atenção”, afirma. “Há que se definir, por exemplo, um conflito existente em vários âmbitos: o servidor serve ao Estado ou à sociedade?”, questionou Sadi, que é doutor em Sociologia pela Universidade do Texas (EUA). *Público*, no sentido de servidor, não equivale a *estatal*; mas a algo “social e democrático”. Também é preciso deixar claro que governo e Estado não são a mesma coisa – o primeiro é transitório; o segundo é permanente. Esses pequenos detalhes são cruciais para forjar o conceito do servidor público do futuro.

E dá para ficar otimismo quanto a esse futuro? Segundo o jornalista e consultor do Departamento Intersindical de Atividade Parlamentar (Diap), Antonio Augusto Queiroz, o Toninho, a resposta é afirmativa: “Eu vejo com otimismo o futuro do serviço público, pois há um processo de profissionalização e de mudança de mentalidade em curso. A sociedade não aceita mais desvios de conduta e quer transparência absoluta da coisa pública.”

Toninho cita um projeto em tramitação na Câmara – chamado de “lei de acesso à informação”, que garante acesso pleno, imediato e gratuito às informações públicas – como um grande avanço para o funcionalismo do amanhã, porque acaba com a cultura do sigilo, ligando cada vez mais o serviço público ao instituto da transparência.

Mudanças de paradigma

“É preciso cada vez mais aprofundar a profissionalização, afastando mecanismos que contribuem com a má qualidade do serviço público, como a terceirização. A postura paternalista, ainda adotada por algumas administrações públicas, precisa ser combatida. Contratações por meio de indicação política devem ser combatidas. Assim como a redução dos cargos de livre provimento”, comenta Toninho.

Márcio Pochmann fornece mais ingredientes para a receita do serviço público

do futuro: “O servidor deve estar conectado ao trabalho imaterial, que está ligado à ampliação do conhecimento. Ele deve intervir cada vez mais na realidade, a partir de escolhas. O Estado do futuro terá um quadro ainda mais preparado, com qualificação permanente. A escola será para a vida toda. Só assim o Estado terá capacidade de intervenção na economia e na sociedade, fugindo da natureza do serviço público de hoje, que é setorial. A concepção do Estado funcio-

nal em ‘caixinhas’, que responde à setorialização de ações públicas geralmente desarticuladas, está ultrapassada. Para isso, precisamos refundar o Estado. Precisamos construir um Estado matricial, trans e intersetorial, capaz de fazer confluir o conjunto de especializações em ações totalizantes”, explica.

Ao falar em trabalho imaterial, Pochmann enfoca uma realidade já presente. À medida que novas tecnologias possibilitam a tão falada informatização do serviço público, os servidores, por meio de aparelhos celulares, computadores e outros acessórios eletrônicos, trabalham muito mais

Novo modelo: setorização das ações públicas está ultrapassada e dará lugar a um Estado transsetorial



do que a jornada oficial, conectados 24 horas por dia ao trabalho. Um desafio para o servidor do futuro será trabalhar a questão dessa produção imaterial.

Para Sadi dal Rosso, a tecnologia deve vir pra facilitar, somente para isso. "Existe uma ética do trabalho no serviço público. A questão ética é primordial, mais importante do que a tecnológica. Olho para a minha universidade (UnB) e vejo que há quinze anos só existiam máquinas de escrever. Hoje só há computador. Isso ajuda, mas muda radicalmente funções e atribuições. A função de datilógrafo praticamente foi extinta", comenta. "A

questão tecnológica não é suficiente para construir um Estado moderno. Este se constrói a partir de questões éticas e políticas", completa.

No campo político, Geraldo Magela afirma categoricamente que o fortalecimento do Estado e das relações sociais está diretamente relacionado ao investimento feito no funcionalismo. "O desenvolvimento do país passa impreterivelmente pela valorização do serviço público. Com um serviço de boa qualidade temos mais planejamento, mais fiscalização, melhor desempenho do Estado", afirma.

Consolidando esse argumento, Toni-

nho lembra que, na última crise, o mundo reconheceu a importância de um Estado forte. A crise econômica que começou nos EUA em 2008 e afetou toda a economia mundial atestou que o Estado mínimo proposto pelo neoliberalismo é vulnerável e ineficiente. Somente países com um Estado forte são capazes de superar, com prejuízos mínimos, crises como essa. Afinal, estamos num processo de transição do sistema capitalista neoliberal para outro modelo, no qual o Estado possui um papel relevante. E os servidores serão fundamentais para o funcionamento desse novo sistema.

Assumindo seu papel

No entanto, para Toninho, "se os servidores não se assumirem desde já como servidores do Estado, incorporando seu papel estratégico, persistirá a avaliação negativa que a sociedade tem do funcionalismo". Sadi também enfatiza essa questão: "Eu vejo o servidor como um fomentador da cidadania, desde que ele se assuma como tal, desempenhando seu papel social, ético e político frente ao Estado e à população."

Ao assumir esse papel, o servidor dará uma resposta à sociedade sobre questões relacionadas ao seu trabalho, como as metas de produtividade. Nos últimos tempos, os gestores públicos adotaram um discurso do setor privado e deram início a políticas de produtividade nas instituições, acirrando a competição entre servidores e deturpando a natureza do funcionalismo. Ao contrário do que é divulgado pela mídia e do que habita no inconsciente coletivo, o estudo *Produtividade na Administração Pública Brasileira: Trajetória Recente do IPEA* revela que a administração pública brasileira é mais produtiva do que o setor privado.

O estudo avalia a evolução da diferença de produtividade entre esses dois setores de 1995 a 2006. Em todos os anos pesquisados, a produtividade da administração pública foi maior do que a registrada no setor privado. E essa diferença foi sempre superior a 35%. O estudo diz que nesse período a produtividade na administração pública cresceu 14,7%, enquanto no setor privado esse crescimento foi de 13,5%. No último ano

do estudo (2006), a administração pública teve uma produtividade 46,6% maior do que a do setor privado.

Ou seja: a cobrança por produtividade no setor público é um discurso, no mínimo, equivocado. Para Toninho, a exigência de metas de produtividade exageradas pode prejudicar a prestação de um serviço público de qualidade, já que em muitos casos há falta de pessoal e de estrutura física para cumprir as metas.

"O serviço público tem evoluído muito em matéria de profissionalização, de transparência, de qualidade de atendimento e de produtividade. No entanto, estamos ainda muito longe do padrão ideal de eficiência e de urbanidade, pois essa evolução depende do Estado", explica. O servidor não pode pagar uma conta que pertence a um Estado que não investe, por exemplo, em estrutura física e no quadro de pessoal.

"As principais carreiras do Executivo são remuneradas sob forma de subsídio; por esse mecanismo, não há como cobrar metas e participação em resultado. Mas essa questão de produtividade e de avaliação de desempenho mostra-se como uma tendência. Em Minas Gerais, o governador Aécio Neves tem condicionado os ganhos dos servidores aos resultados obtidos. Existe o temor de que essa prática ganhe abrangência nacional, e que o serviço público de qualidade seja trocado pelo de quantidade", analisa Toninho.

Além de prejuízos à prestação de serviço, a cobrança exacerbada por produtividade traz prejuízos ao servidor. No livro *Mais trabalho!*, Sadi apresenta uma série de consequências negativas do excesso de trabalho; ele mostra que a pressão por resultados e a exigência de versatilidade cobram custos altíssimos em saúde física e emocional.

JOSE CRUZ / ABR

PRODUTIVO

Estudo do Ipea realizado de 1995 a 2006 mostra que a produtividade do setor público foi sempre maior que do privado em no mínimo

35%.

Em 2006 a diferença foi de

46%

Desafio é mudar a visão da sociedade

O sociólogo Sadi Dal Rosso acredita que faz parte da ética do servidor público responder por questões de produtividade: “Sociologicamente falando, na medida em que o trabalho é mais puxado no setor privado, essa realidade tende a influenciar o serviço público. Há uma passagem de tecnologias do setor privado para o setor público. Mas há um diferencial. O Estado não contrata servidor público para ganhar em cima dele. A noção desse produtivismo capitalista não cabe no Estado. No entanto, o servidor tem que estar aberto ao cidadão”, avalia.

O consultor Toninho diz que a descaracterização do serviço público, assemelhando-se cada vez mais ao privado, é um problema sério, porque cada vez mais se

disseminam na sociedade falsos conceitos, como, por exemplo, o de que a estabilidade causa ineficiência. “O estatuto da estabilidade tem perdido aliados em face de muitos servidores não o terem defendido como deveriam, prestando um serviço de qualidade à sociedade. É preciso defender a qualidade e a eficiência, para que o descompromisso das autoridades com serviço público não recaia sobre os servidores”, ressalta.

Toninho reforça a necessidade de separar o trabalho realizado pelo servidor da falta de estrutura fornecida pelo Estado. A população precisa saber discernir o esforço, o empenho e a produtividade dos servidores da postura do Estado – que tem ou não compromisso com a coisa pública, que investe ou não na profissionalização de seus serviços e na carreira de seus quadros, que fornece ou não a estrutura adequada para uma boa prestação de serviços.

Já foi comprovado que é uma falácia a ideia do Estado brasileiro “inchado”. Segundo a pesquisa Emprego Público no Brasil: comparação internaci-

onal e evolução, feita pelo Ipea, o Brasil não tem proporcionalmente tantos funcionários quanto se imaginava, em comparação com países como Estados Unidos, Espanha, Alemanha, França, Suécia, Argentina, Uruguai e Paraguai. Os servidores correspondem a menos de 11% da população ocupada, e apenas 6% se equiparados a toda a população brasileira. Isso mostra que o futuro do serviço público passa pelo reaparelhamento do Estado e pela derubada de mitos.

Um dos maiores desafios do servidor público do futuro é, portanto, mudar a visão que a sociedade tem sobre ele. A ideia de que trabalha pouco e ganha muito precisa ser desfeita. Sadi diz que o funcionalismo não é um espaço para usufruir de vida mansa, mas de prestar um serviço à sociedade. E é essa a visão que deve nortear o futuro: servidores qualificados, responsáveis, antenados com as novas tecnologias, defensores da ética, comprometidos com o trabalho que prestam à sociedade. Servidores que desempenham papel fundamental na construção intelectual do Estado.

FALÁCIA

O Estado não está “inchado”.
Os servidores são menos de

11%

da população ativa e apenas

6%

da população total. EUA, Espanha, Alemanha, França, Suécia e Argentina têm mais funcionários que nós.



Toninho: evolução depende do Estado. Magela (dir.): o futuro do servidor depende de 2010

VALCIR ROSA



ARQUIVO DEB. MAGELA



Jornada deveria ser bem menor

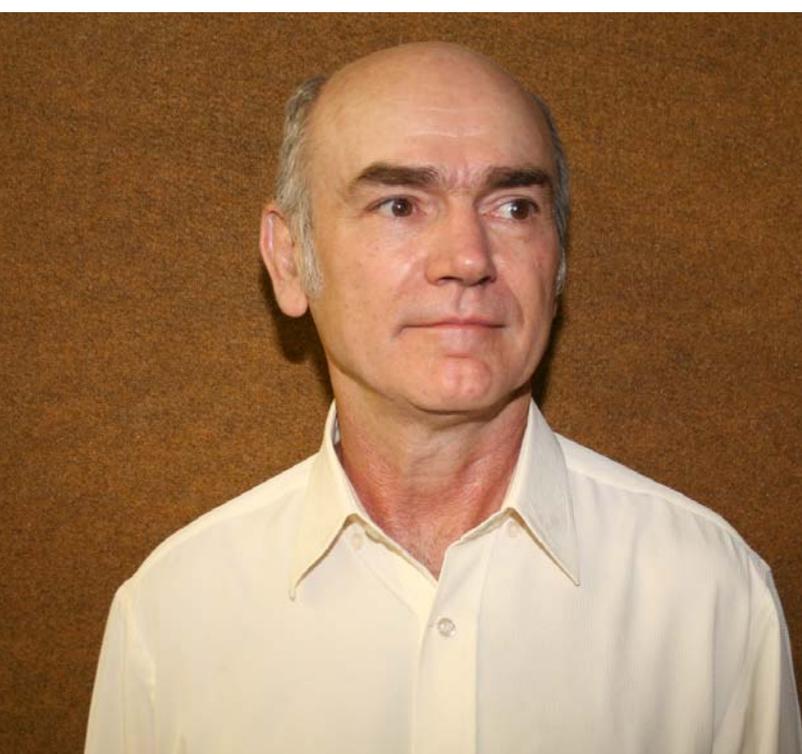
Com o excedente imaterial gerado pelo trabalho intelectual, o servidor gera conhecimento 24 horas por dia – conhecimento que é absorvido pela instituição. Essa produção imaterial poderia gerar uma jornada de trabalho bem mais flexível. “Com os ganhos da produção imaterial podemos ter uma jornada de trabalho menor, até mesmo para aumentar essa mesma produtividade imaterial”, explica Márcio Pochmann, que é pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp desde 1989. Ele defende uma jornada de 12 horas por semana, divididas em três dias.

“Mas para a implantação dessa jornada é necessário melhorar a relação capital-trabalho e criar uma nova maneira de tributar essa forma de produção. O trabalhador ainda não põe na sua conta o excedente imaterial, isto é, as horas em que ele permanece, por exemplo, pensando em como melhorar o serviço”, alerta o economista.

Para Geraldo Magela, o futuro dos servidores depende, em muito, das eleições de 2010, que colocam em contraponto dois projetos distintos: um deles, neoliberal, defende o não-investimento no serviço público; o outro prestigia os servidores e defende que o serviço público deve existir para servir o Estado com qualidade. “Infelizmente não é possível falar que os políticos, de um modo geral, reconhecem o papel do servidor público. Há uma diferença entre aqueles que sempre irão ver os servidores como parasitas e os que encaram os quadros públicos como indutores do desenvolvimento social”, analisa.

Como vivemos uma fase de transição, o serviço público do futuro ainda está condicionado à escolha entre um Estado grande e um Estado pequeno. Só que essa discussão tende a ganhar novos elementos, visto que o Estado moderno será o resultado do debate em torno de resultado e qualidade. As questões sobre profissionalização, compromisso, definição conceitual, novas tecnologias, política e ética dos servidores serão o norte do serviço público do futuro. E o debate sobre essas questões não pode ser protelado.

Márcio Pochmann (acima): muito além da jornada. Sadi Dal Rosso: “produtivismo” não cabe no Estado



ARQUIVO MÁRCIO POCHMANN

VALCIR ROSA

*A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como
sou – eu não aceito.
Não aguento ser apenas um
sujeito que abre
portas, que puxa válvulas,
que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora,
que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem
usando borboletas.*

Manoel de Barros

Do alto dos seus 91 anos, o poeta Manoel de Barros ensina que o ser humano é incompleto, e que isso não é defeito; é qualidade. Assim como ele, muitas outras pessoas precisam ser Outras. E são. Esta coluna publicará mensalmente histórias de gente que concilia o serviço público com as mais diversas atividades. São atletas, chefes de cozinha, professores, pintores, mágicos, mecânicos, músicos... A lista não tem fim.



Os encantos do canto

Thais Assunção

Em uma sala bonita e agradável, no Espaço Cultural do TST, trabalha a técnica Ana Maria Castro Borges. O setor é o TST Ambiental, criado em 2007, e que Ana tem a maior satisfação em dizer que ajudou a criar: "Acho que me encontrei aqui no TST. Adoro trabalhar nesse setor", revela. Com jeito meigo e com voz cativante, a técnica judiciária não é apaixonada somente pelo trabalho desenvolvido no tribunal. Ela ama os sons, principalmente os da voz humana.

Ana Maria conta que desde pequena adora música e não lembra de sua vida sem cantorias. "Eu sempre lembro de mim mesma cantando. Quando era adolescente, aos catorze ou quinze anos, ganhei um violão e andava com ele debaixo do braço para todo lado", recorda. Ela não sabe dizer de onde herdou a veia artística, mas acredita tê-la passado para seus dois filhos: Ianara, de 21 anos, é fotógrafa, atriz e estuda cenografia; Pedro, de 17, é malabarista, faz aulas de circo e estuda saxofone.

Há sete anos Ana fez seu trabalho de conclusão do curso de especialização em Arte Terapia com ênfase em canto. Por indicação de sua orientadora, entrou em contato com a escola Vox Mundi School Of The Voice no Brasil, que funciona no Rio de Janeiro. Lá, a professora Alba Lyrio desenvolve um programa chamado Yoga da Voz. "Eu me identifiquei muito com isso. Comecei como aluna e há cinco anos sou coordenadora do curso em Brasília", explica.

Ana explica que o método de Yoga da Voz desenvolvido pela Vox Mundi busca a integração do corpo, mente e espírito

por meio da voz. É uma escola de educação vocal, com o objetivo de liberar a voz "para que possamos chegar a uma expressão livre, para artistas, educadores ou qualquer público", complementa.

As aulas que Ana Maria oferece são realizadas todas as terças-feiras. "Lidamos com pessoas que percebem que a voz é um instrumento de expressão. Trabalhamos ainda com culturas tradicionais, usando técnicas vocais de diversas culturas, como a afro-brasileira, indígena, tibetana e indiana. Por meio delas abordamos diversos aspectos da voz, como a afinação, a escuta profunda e a escuta fina", explica. O curso intensivo tem duração de um ano.

Para divulgar o trabalho e estreitar o contato com a natureza, o grupo realiza encontros a cada último domingo do mês, no Parque Olhos D'Água, às 11h. "Nós fazemos um encontro aberto ao público, para quem está passeando no parque. É um lugar muito gostoso. Geralmente nos reunimos no quiosque e os interessados podem interagir e participar da aula", conta Ana Maria.

"Eu mudei internamente, depois que me dediquei ao estudo do canto. Esse trabalho me trouxe foco, me deu mais capacidade de centramento. Acho que as portas se abrem e o universo conspira quando estamos bem internamente", acredita ela. "O fato de trabalhar com meio ambiente no TST também é uma coisa positiva, porque tem muito a ver comigo e me dá prazer de trabalhar aqui", conclui.

Para saber mais sobre Yoga da Voz:
www.yogadavoz.blogspot.com
www.voxmundiproject.com.



A área externa, antes abandonada (segunda foto à direita), transformou-se em um grande jardim na mostra de arquitetura e decoração. No espaço acima, o Jardim da Encosta, Nil do Sousa usou ferro, madeira, concreto e tecido para criar um visual inusitado. Ao lado, a Praça Jardim Boulevard tem lagunho com peixes e é assinada por Cleber Anunciato e Gabriel Domingues de Souza



*Espaço reabre em grande estilo
com o megaevento Casa Cor Brasília
e o show da cantora Maria Rita*

De volta à vida

Usha Velasco

De cartão-postal a ruínas, de ruínas a palco de grandes eventos — esta é a curiosa trajetória do Clube do Servidor, que passou a ser co-administrado pelo Sindjus em julho deste ano. Em agosto o local foi invadido por um batalhão de operários, arquitetos e decoradores, com o início das obras da Casa Cor 2009. Em setembro o Sindjus deu o pontapé inicial nas reformas que transformarão o clube num dos maiores polos de lazer e cultura do DF. E em outubro, para comemorar o Dia do Servidor, a cantora Maria Rita inaugura o Sindjus Hall com um grande show.

Aberto em 1976 e desativado em 1998, o Clube do Servidor viveu sua época de ouro na década de oitenta. Mas uma série de más decisões administrativas levou à decadência e finalmente ao abandono. Vazio por mais de dez anos, o lugar foi depredado e transformou-se num conjunto de ruínas em meio a um espesso matagal. Em 22 de junho deste ano, porém, o Sindjus assumiu a co-gestão do espaço e tornou-se responsável por sua revitalização.

O novo clube terá centro de convenções, hotel, salas de aula, cinema, teatro, biblioteca, restaurantes e teatro de arena — além de um moderno parque aquático, quadras esportivas, saunas e churrasqueiras. “Nós desenhamos um empreendimento auto-sustentável e que não se limita a um espaço de lazer tradicional, como eram os clubes da nossa infância”, conta Roberto Policarpo, coordenador geral do Sindjus. “O renascimento do Clube do Servidor é bastante simbólico; ele confirma o reconhecimento e a valorização que o servidor público tem conquistado nos últimos anos”, acredita Policarpo.



CASA COR

ARTHUR MONTEIRO

Portas abertas

No dia 28 de setembro o Clube do Servidor abriu novamente suas portas para os brasilienses. O motivo foi a inauguração da Casa Cor Brasília 2009, um megaevento de arquitetura, decoração e paisagismo que está em sua 18ª edição e é o mais badalado do Centro-Oeste.

O clube forneceu à Casa Cor Brasília o maior espaço da sua história: são 18 mil metros quadrados, dos quais mais de cinco mil metros foram usados na construção de 62 ambientes.

“É sempre muito bom poder participar dessas revitalizações que o evento proporciona, resgatando um lugar que estava ocioso e que em breve vai se transformar em algo realmente útil para a sociedade”, afirma a empresária Moema Leão, sócia do empreendimento ao lado de Eliane Martins e da arquiteta Sheila Podestá.

A expectativa das organizadoras para esse ano é que o número de visitantes chegue a 40 mil pessoas. A geração de empregos temporários é grande: “Foram criados no mínimo setecentos empregos diretos antes mesmo da mostra abrir”, diz Sheila.

O tema deste ano será a sustentabilidade. A Casa Cor também prestará uma homenagem ao centenário de nascimento de Roberto Burle Marx, um defensor da natureza e tem sua marca em vários jardins da capital federal.

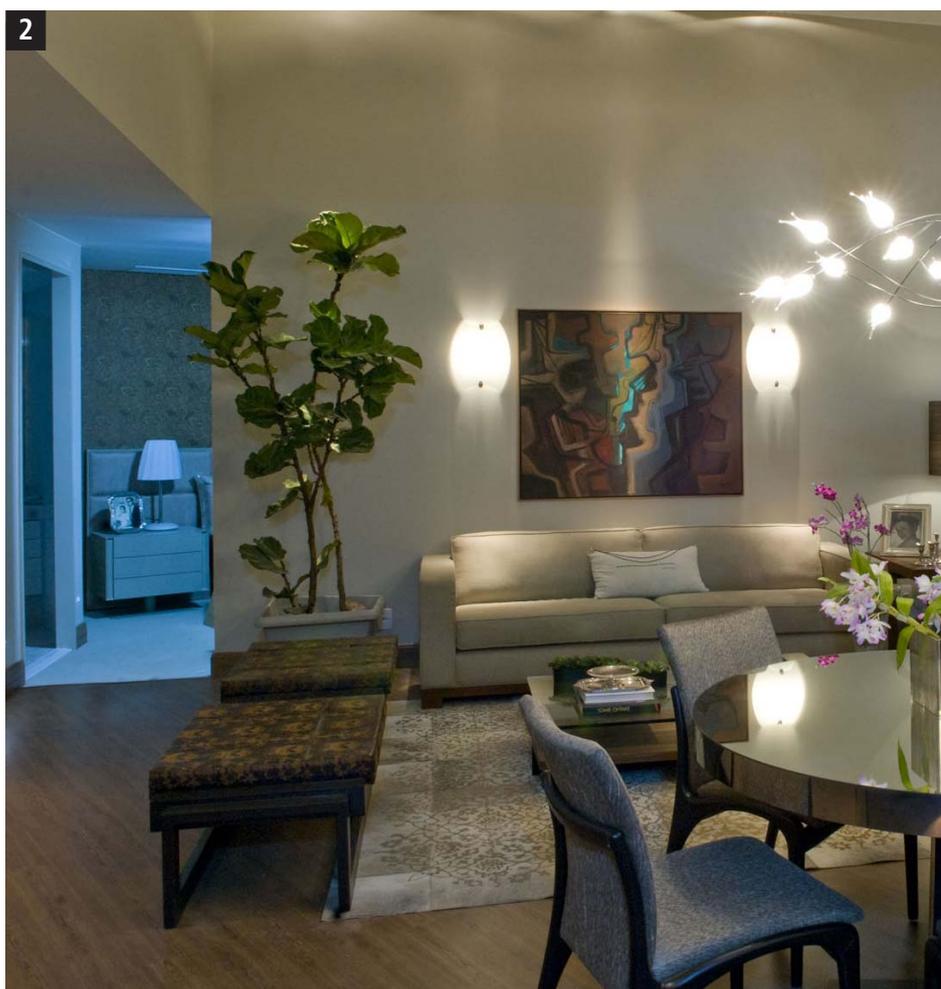
1 Loft Sustentável, de Henrique Bezerra: materiais e tecnologias “verdes”.

2 Loft da 3ª Idade, de Hélio Albuquerque e Sonia Peres: homenagem às “mulheres vividas e cheias de vida”.

3 No Container Contemporâneo, Alice Alves Ribeiro e Raquel Lima aproveitaram duas peças que já estavam no clube.

4 Brinquedoteca de Renata Dutra: links com a natureza.

5 Peças do Sebrae estão no Armazém do Artesanato, de Viviane Domânico.





FOTOS: CASA COR

Um presente muito especial

Será inaugurado em grande estilo o Sindjus Hall, espaço para shows montado no Clube do Servidor. No dia 24 de outubro a cantora Maria Rita se apresenta para um público de duas mil pessoas. Quem aderiu ao programa Viver Cultura, criado pelo sindicato, ganha ingresso grátis (veja em www.vivercultura.com.br).

Maria Rita começou a cantar profissionalmente aos 24 anos. Agora, com 30, não acha que foi tarde. "Você se achar no mundo é uma tarefa muito difícil", diz a jovem, que se formou em comunicação social e estudos latino-americanos nos EUA. Filha de Elis Regina e Cesar Camargo Mariano, de tanto dizerem que ela precisava cantar, Maria Rita resistiu durante algum tempo. "Encaro a vida como um grande processo feito de vários pequenos processos no caminho", afirma.

Após escolher a hora certa, ela não pode se queixar dos resultados que alcançou. Aliás, ninguém pode reclamar dos resultados alcançados por Maria Rita. Antes mesmo de lançar um CD, ganhou o Prêmio APCA de 2002 como revelação do ano. Seu primeiro disco vendeu mais de um milhão de cópias, e o primeiro DVD chegou a 180 mil. Ambos foram lançados em mais de trinta países, com 160 shows lotados ao longo de um ano e meio. Depois vieram os prêmios, incluindo vários Grammys Latinos, os discos de platina, o DVD de ouro...

Esse sucesso, a qualidade do trabalho e a grande aceitação em todas as faixas etárias fizeram com que Maria Rita fosse a escolhida para a inauguração do Sindjus Hall. "É um dos nossos presentes ao servidor em comemoração ao seu dia", diz Polícarpo.



Maria Rita:
grande show
no Sindjus Hall
no dia 24/10

MARIA RITA/DIVULGAÇÃO



Retratos de moradores do Varjão, feitos por Arthur Monteiro, decoram as paredes

Móveis de sucata: sofá de ferro de obra e jornais; luminária de plástico de cortina e pratos; aparador, de táboas de obra. A poltrona de pneu e cadeiras resgatadas num contêiner de lixo

Projetos sociais em cartaz na Casa Cor

Thais Assunção

A “prata da casa” do Sindjus ajudou a montar um ambiente que tem sido o grande destaque da Casa Cor na mídia: o espaço *Varjão Consciente*, onde tudo é feito com sucata. A decoração ficou a cargo da editora da Revista do Sindjus, Usha Velasco, que há dez anos criou o Ateliê do Lixo, especializado em designer de móveis e objetos com sucata. As imagens que enfeitam as paredes são retratos dos mora-

dores do Varjão feitos pelo fotógrafo Arthur Monteiro, responsável pela maior parte das coberturas fotográficas da revista.

“Isso mostra que a nossa linha de trabalho não é mero discurso; ela é aplicada pelas pessoas que colaboram com a gente”, diz Roberto Policarpo, coordenador-geral do Sindjus, ao se referir às campanhas ligadas a questões sociais, éticas e ambientais desenvolvidas pelo Sindicato.

Usha e Arthur trabalharam como voluntários no evento à convite da Adminis-

tração do Varjão, responsável pelo espaço, que expõe vários dos projetos sociais desenvolvidos na comunidade. A sucata veio da Central de Reciclagem do Varjão; as bonecas de pano, da associação de costureiras Girassol. A obra – uma meia-água de 3m x 9m, do tamanho da sala de uma das moradoras – foi feita com mão de obra de sentenciados em reintegração e usou madeira de reflorestamento, telhas ecológicas, brita feita com entulho reciclado e mármore de demolição.



O arranjo acima e a luminária são feitos com caixas de leite. As bonecas são da Associação Girassol. O banco Aranha usa arame, mangueira e latas de refrigerante

Emerson, um cidadão



Técnico do MPF dedicou 35 dos seus 75 anos ao serviço público e presenciou momentos decisivos da história



Emerson Parente no jardim da casa da mãe, no Guará: "Ando de cabeça erguida"

ARTHUR MONTEIRO

Carlos Tavares

“**E**u lhe dou um mercedes zero quilômetro ou o que o senhor quiser, se me arranjar uma cópia daquele processo sobre a companhia de pneus”, disse o sujeito de terno e gravata. O homem do outro lado da mesa não demonstrou surpresa. Apenas sorriu cordialmente e pediu licença para pegar um café, conversariam com mais calma sobre o assunto.

Não demorou mais do que um minuto e os dois estavam de volta ao assunto da companhia de pneus.

“Sim, mas o senhor dizia...” lembrou o servidor do Ministério da Justiça, sempre com um sorriso afável.

“Isso mesmo, dou um mercedes zero, pois a nossa companhia é muito poderosa, não se preocupe, ficará tudo entre nós.”

A tal companhia de pneus estava prestes a ser multada no que hoje corresponderia a três milhões de reais, por abuso de poder econômico. O servidor do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) esperou que o desconhecido, um advogado da empresa, terminasse o café e pediu licença para ir ao banheiro.

“Peguei o telefone, liguei para a Polícia Federal, que era perto de onde eu trabalhava, e ele saiu de lá algemado”. Assim Emerson Barreira Parente conclui um dos episódios sacados de prodigiosa memória. O técnico administrativo aposentado pelo Ministério Público Federal (MPF) dedicou 35 dos seus 75 anos de idade ao serviço público.

“Prefiro ganhar um salário-mínimo, mas honestamente, desde que possa manter a cabeça erguida”, diz, orgulhoso de sua própria honra, com a qual atravessou os anos de ouro da era do rádio e do presidente bossa nova, Juscelino Kubitschek, e os chamados anos de chumbo da ditadura militar. Uma das características de sua personalidade é dizer não sem titubear para coisas erradas. Emerson Parente passou boa parte da vida de servidor trabalhando com figuras ilustres da velha república, como Tristão Ferreira da Cunha – avô do governador de Minas, Aécio Neves –, o próprio Tancredo Neves, Sepúlveda Pertence, Petrônio Portella, Jarbas Passarinho e Ibrahim Abi Ackel.

Nascido em Gilbués, sul do Piauí, ele chegou ao Rio de Janeiro para servir ao Exército mal havia completado 19 anos, em 1954. Mas Emerson sabia o que desejava da vida, o Exército era apenas um bom motivo para voltar a estudar e a trabalhar. Das casernas ele sairia pronto para exercer outras atividades; foi assim que se tornou funcionário público, sempre trabalhando no Cade e outros órgãos vinculados ao Ministério da Justiça.

“Na época havia muitos problemas com cervejarias e companhias de pneus; os processos eram todos de abuso de poder econômico”, comenta o aposentado, que é fundador do Sindjus e representante dos aposentados no sindicato. “Hoje eu conto essas coisas porque não há mais o que esconder. Afinal, estamos em uma democracia”, afirma, com um ar de desabafo. Quando se pergunta se ele apoiava os militares, afirma que, por um lado, em termos de combate à corrupção, o país necessitava passar por algumas mudanças. “Mas nunca concordei com a violência e a perseguição. Muito menos com a tortura”, declara.

Corrupção e abuso de poder econômico são expressões do vocabulário brasileiro que atravessaram os tempos e soam aos ouvidos de Emerson como eco de uma batalha que ele jamais deixará de travar. Como exemplo de sua postura de fiscal das leis, como ele mesmo se auto-intitula, certa vez um ministro da Justiça nomeou um genro para ser chefe do Setor de Pesquisas Econômicas do Cade; mas este genro, português expulso de seu país por ocupar cargo público e cometer atos de corrupção, também foi desmascarado no Brasil ao tentar fazer acordos espúrios com empresários e autoridades envolvidos com contrabando de pedras preciosas.

Sobre as transformações pelas quais o Brasil passou, ele acredita que a sociedade mudou muito e para melhor, ao contrário do político, que ainda precisa ser moldado para exercer o papel de homem público com seriedade e respeito pelo povo brasileiro. “Também falta valorizar mais o servidor público. As coisas melhoraram para nós, mas ainda falta muito para esse reconhecimento”, afirma Emerson, que aponta, entre as suas insatisfa-

ções com a política e o Judiciário, o excesso de leis no Brasil. Em relação à política, a permanência de certos vícios do passado, como o nepotismo, o desvio de verbas públicas e vantagens às quais apenas os controladores do poder têm acesso.

Quando ouvi falar no nome do senador José Sarney, presidente do Congresso Nacional, ele ri e narra um fato especial em sua trajetória de vida. “Eu vivia fazendo lobby no Congresso, mas em defesa de associações de moradores de bairros, de aposentados. Quando houve a enchente

de Santa Teresa (bairro carioca que Emerson adotou como segunda terra e que ama de coração), porque choveu muito e o arroio Dilúvio transbordou, eu comande um movimento de moradores que perderam tudo com a cheia”, lembra o aposentado. Esse movimento, que Emerson chama de lobby, em busca de apoio político no Congresso para que fosse liberado o FGTS dos que estavam desabrigados, custou a ele um pequeno embeate com o senador maranhense.

Sarney era contra a liberação da ver-

ba e Emerson, inconformado, fez tanta pressão com outros deputados e senadores que apoiavam a causa que Sarney mandou um recado a ele, dizendo que o servidor estava incomodando muito a Casa. Emerson mandou o mesmo emissário responder que, se ele estava causando desconforto nos salões do Congresso, pior era Sarney, que estava incomodando o país inteiro. “Ele então acabou aprovando a liberação dos recursos e eu tive a oportunidade de agradecer pelo apoio”, conta, rindo.

Testemunha ocular da história

A trajetória de trabalho de Emerson Barreira Parente começa ainda na infância, quando ele já demonstrava um especial pendor para interferir no destino das pessoas. Foi assim que ele mudou a vida de sua família, ao encontrar nove diamantes, um deles de quatro quilates, em um garimpo no Rio Uruçuí Vermelho, perto de Gilbués, no extremo-sul do Piauí.

Emerson não contava mais de doze anos quando acompanhou o pai, Manoel Holanda Parente, e um tio ao garimpo pela primeira vez. Por acaso, ou movido pela curiosidade de menino, distanciou-se dos mais velhos e foi trabalhar em outro ponto. Para sua surpresa, que mais brincava do que garimpava de verdade, as pedras foram surgindo diante de seus olhos a cada lavagem do cascalho na beira do rio.

Quando viu que eram diamantes, correu e contou ao pai. Com o dinheiro da venda dos diamantes, o pai de Emerson aumentou suas lavouras, dobrou a produção de aguardente de alambique e pôde comprar mais terras para acrescentar às que já possuía. Daí em diante, porém, o menino foi proibido de frequentar o garimpo, mas insistiu em ir e a desobediência quase lhe custou a vida: “Escapei por milagre, na Mina de São Dimas. Fiquei horas soterrado porque uma parte do túnel cedeu. De repente, uma barreira se abriu e eu pude sair, todo sujo de lama.”

Já com planos de ir embora para o Rio de Janeiro, Emerson foi frentista de um posto de combustíveis em Teresina,

cujo dono era um de seus tios. Também foi gerente do posto; tinha menos de 18 anos, mas já era talhado desde cedo para encarar responsabilidades e tarefas de cidadão. O tio, ao ver que o garoto dava certo no trabalho, passou a confiar a ele todos os negócios e aproveitava a situação para se divertir na noite de Teresina.

Mas chegou o dia em que o filho de dona Altair Parente, hoje com 101 anos, partiu para a cidade maravilhosa. Ele já estava com tudo pronto; suas economias e a ajuda de um outro tio foram suficientes para comprar uma passagem na Real Aerovias Brasil, por três mil cruzeiros, e desembarcar na capital do país no dia 9 de setembro de 1954, ainda abalada pelo suicídio de Getúlio Vargas, na madrugada de 24 de agosto. Emerson iria ver o país ser engolfado por sucessivas crises nos próximos dez anos, até o golpe de 1964 e a instalação do regime militar.

Porém, antes de respirar o que se chamou de anos de chumbo, ele viveu, em parte, os anos dourados. Viu Juscelino Kubitschek assumir o comando do país com idéias modernas e promessas de mudar a história. O próprio clima da década de 50 transpirava mudanças de comportamento e prenunciava a era tecnológica da comunicação e dos grandes empreendimentos no setor petrolífero e na indústria automobilística. Getúlio havia criado a Petrobras em 1953 e JK já tinha em seus planos a construção de uma nova

capital. Emerson assistiu aos primeiros programas de TV no Brasil, da Tupi, fundada por Assis Chateaubriand. Na época, vibrava nas emissoras a voz de Dick Farney cantando *Copacabana*, *Marina*, *Teresa da Praia* e *Alguém como Tu*, entre outros hits.

Como jovem imigrante do Piauí que aterrissou na capital carioca em meio ao burburinho político e cultural da época, Emerson refugiou-se no alistamento militar, recomendado por um tio general, para dar os primeiros passos na nova vida. Logo foi transferido de uma unidade onde não gostava do que fazia, na Quinta da Boa Vista, para o 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizada, na Gávea. Essa insistência do jovem em mudar de base militar custou-lhe um esfregão do coronel que comandava aquele quartel: “Ouvi dizer que você está falando em ir para outra divisão. Pois bem, enquanto eu estiver aqui, você vai continuar nesta unidade. E estamos conversados”, gritou o coronel, na frente de outros militares, no clube da corporação. Emerson ouviu calado, mas no dia seguinte apareceu diante do mesmo coronel, ainda resabiado, porém disposto a enfrentar o superior. Levava em mãos um ofício de transferência para a Gávea assinado pelo tio, general de Agulhas Negras. O coronel, entre assustado, surpreso e revoltado, olhou a assinatura e imediatamente mudou de postura, sorrindo: “Por que você não disse logo que era sobrinho do general Parente, rapaz?”

Presidente seresteiro

Há muitos nomes de pessoas ilustres que Emerson cita com orgulho por ter trabalhado com eles e por eles ter sido ajudado também. É o caso de Tancredo Neves, que o apresentou a JK e a quem indiretamente também serviu como técnico-administrativo do MPF, ainda no Rio de Janeiro e, por pouco tempo, em Brasília. Dessa época, entre 1964 e 1968, Emerson guarda verdadeiras preciosidades na memória, além de uma lembrança material do tempo em que conviveu com JK. Trata-se de uma raridade que poucos colecionadores ostentam – o LP *JK em Serenata*, em 33 rotações, editado pela gravadora Bemol, de Belo Horizonte, numa tiragem de apenas mil exemplares. O de Emerson está autografado pelo construtor de Brasília.

O disco foi gravado com o grupo Seresteiros de Diamantina, com uma mensagem de JK e dois números cantados pelo próprio presidente. “Chamavam JK de presidente bossa nova, mas ele gostava mesmo era de seresta. Ele era seresteiro e gostava de fazer serenatas”, recorda Emerson. O disco, lançado em meados de 1968, logo foi recolhido das lojas, com a publicação do AI-5 em dezembro. “Junto com ele, o próprio presidente foi recolhido”, diz Emerson, referindo-se à prisão de JK em um quartel em Niterói e em seguida no próprio apartamento, onde viveu sob prisão domiciliar por um mês. Enfim, o que seria o primeiro grande sucesso da Bemol acabou provocando a falência da gravadora.

“É muita coisa, muita coisa”, diz Emerson, concentrando-se em algum ponto desses tempos de amargura para extrair algo ainda que seja pitoresco ou bem-humorado. “Não gosto de tristeza, gosto da vida”, afirma e narra um de seus episódios preferidos, ao ser indagado sobre o Comício dos Cem Mil, a morte do estudante Edson Luís, no restaurante Calabouço e outras cenas sombrias que o país assistiria naquele ano de



ARTHUR MONTEIRO

Com o disco autografado por JK: “Ele gostava mesmo era de seresta”

1968. “Eu vi os cavalos e a polícia invadirem a Candelária, a praça da Assembléia, durante a Passeata dos Cem Mil, em resposta à morte do estudante. Naquele dia o Rio parou”, recorda.

Para se proteger da confusão, Emerson procurou refúgio atrás de uma banca de revistas; ao olhar para o lado, para o tronco de uma árvore, viu um saco de bolas de gude. Lá em cima, escondido entre os galhos e folhas, estava o líder estudantil e futuro deputado federal Vladimir Palmeira. “Ele fez sinal para eu ficar quieto e pediu, bem baixinho, que eu guardasse o saco de bolas de gude”, conta. Mais tarde as bolinhas foram usadas para

derrubar cavalos e impedir que a polícia batesse nos estudantes, conta Parente.

Do final dos anos 70 aos dias de hoje, Emerson integrou-se ao clima de otimismo da Nova República e passou a saudar a democracia como “o maior tesouro brasileiro”. Sobre a juventude, ele diz que “é preciso ter cuidado, as drogas estão matando esses meninos. É preciso muita orientação, em casa e na escola, senão vai ser um desastre”, adverte o nordestino de fibra que aprendeu a garimpar a vida e o futuro nas minas e nas lavouras de seu pai. “Não tenho do que me queixar. Sempre olhei um passo à frente. Tenho a certeza de que servi ao meu país.”

